

Barreto quer renegociação já

Ao voltar a defender, ontem, em Porto Alegre, uma ampla renegociação da dívida externa, o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, considerou que o presidente Figueiredo, apesar de estar em fim de mandato, tem condições de encaminhá-la. "Nada faz com que tenhamos de esperar a mudança de governo", asseverou o empresário, para quem o Brasil, por um lado, vai-se fortalecendo para impor novas condições de pagamento da dívida, na medida em que consegue cumprir seus compromissos, e, por outro lado, os credores não estão temerosos com o futuro político do País. Nenhum dos credores, sustentou, tem preocupação em relação ao processo sucessório, pois acreditam que o Brasil está trilhando um caminho democrático e de estabilização política.

Ruy Barreto opinou que, na renegociação da dívida externa — que considera fundamental para a retomada do crescimento econômico —, o nível dos pagamentos deve ser adequado à capacidade do País, evitando-se esforços demasiados que impedem o fim da recessão. Além disso, frisou ser fundamental a questão das taxas de juros e dos prazos. A possibilidade de declaração de uma moratória unilateral é totalmente afastada pelo presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, que observou que o País está cada vez mais adquirindo as condições básicas para impor seus pontos de vista nas negociações.

De outra parte, Ruy Barreto disse que o novo presidente da República deverá "valorizar o trabalho e não a agiotagem e os que especulam financeiramente, como está ocorrendo atualmente". Ele voltou a defender modificações na atual política salarial, frisando que o Decreto-Lei nº. 2.065 — que impõe o arrocho salarial e foi por ele próprio apoiado — "não atingiu os seus objetivos. A inflação não caiu, e então não há por que continuar sacrificando os assalariados". Acrescentou que "a área estatal não entrou com sua contribuição para o combate à inflação; continuou a gastar como se não houvesse nada".

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil mostrou-se favorável também às propostas de institucionalização do lobby, sustentando que para a democracia é essencial a existência de grupos de pressão ao Congresso Nacional. Lembrando que o lobby é regulamentado há muitos anos em vários países, Barreto observou que esse é um instrumento importante para as classes empresariais, que durante muito tempo "não puderam organizar-se e opinar".